

— 5727/79

À CAMARA MUNICIAPL DE POMPEIA
SR. PRESIDENTE

R 152/79

REQUEIRO, nos termos do artigo 65, § 1º, na sua parte final, ouvido o Plenário, seja oficiado ao a tuante Deputado Federal, Ulisses Guimarães, Digno Presidente do MDB, cumpri-mentando-o pela notã de protesto, corajosa e que caracterisa a realidade, que súa Excia Emitiu, contra o projeto que extingue- os atuais partidos; projeto esse, que no entender de S.Excia e - no da maioria dos homens sensatos daquela Casa de Leis e tambem da grande maioria da populaçao que se interessa pela implantaçao da Democracia em nosso País é considerado uma farsa, um retrocesso na caminhada que se tenta para essa democratização.

Requeiro ainda, tendo em vista o alcance politico social da nota, seja a mesma publicada na íntegra pelo jornal oficial desta casa.

Sala das Pessões, em

22/10/79

Mario G. Gamero

Ob: feito a nota a ser publicada Ob:

gor da reforma

Ulysses acusa o governo e propõe o “dia do não”

“O Congresso é a esperança. Não é a cocheira do Planalto, e os senadores e deputados não são seus cavalariços”, disse ontem, em declaração por escrito, o presidente do MDB, deputado Ulysses Guimarães, reagindo com veemência à reforma partidária que determina a extinção dos partidos.

Independentes e dissidentes da Arena ouviram e gostaram da frase final da nota do presidente emedebista. Diversos senadores do MDB também ouviram a leitura do documento, feita em seu gabinete pelo líder Paulo Brossard pela manhã. A reação foi igual: “Muito bom. Excelente”. O senador gaúcho revelou: “Vou ler a nota da tribuna e dizer que a reforma prega a guerra civil”.

Paulo Brossard, José Richa, Itamar Franco, Gilvan Rocha, Roberto Saturnino Braga e Pedro Simon entusiasmaram-se com vários trechos da nota do presidente do partido, principalmente quando Ulysses Guimarães pede para o povo marchar rumo a Brasília, no dia da convenção nacional, dia 4 de novembro. “Dia Nacional do ‘Não’ a uma abertura que fecha partidos, fecha eleições, tranca salários, escancara-se para a inflação e arromba as portas da economia para as multinacionais”.

A NOTA

Na íntegra, a nota do presidente:

“Politicamente o Movimento Democrático Brasileiro é a Nação, pois nas eleições de 15 de novembro de 1978 cerca de 18 milhões de cidadãos expressamente o credenciam como a voz majoritária do Brasil.

O Movimento Democrático Bra-

sileiro, como voz política da Nação, fala a seus homens e mulheres; aos trabalhadores; aos estudantes; à Igreja; à imprensa, ao rádio e à televisão; ao empresariado que não se alugou aos interesses internos e externos colonizadores; aos escritores e aos artistas; às entidades de classe, nomeadamente os sindicatos, e à Ordem dos Advogados do Brasil, à Associação Brasileira de Imprensa e à Conferência Nacional dos Bispos; aos exilados, todos eles, para que não se demitem do dever de defender o partido que decisivamente defendeu seu resgate do ostracismo, porque ousou proferir a palavra anistia, imprononável e maldita pela opressão; aos democratas, a seus correligionários e dirigentes, para que mobilizem a Nação contra a impostura, realizando e comparecendo a concentrações e atos públicos e ocupem até a vigília as tribunas partidárias.

A pesar dos gastos proibitivos, marchem para Brasília, para o protesto vivo e físico de sua presença e de suas manifestações, agigantando o dia da Convenção do MDB no dia nacional do ‘não’ a uma ‘abertura’ que fecha partidos, fecha eleições, tranca salários, escancara-se para a inflação e arromba as portas da economia para as multinacionais.

Quando operários, estudantes, padres, jornalistas, artistas e militares foram perseguidos, presos, torturados, assassinados, cassados e banidos, quando os veículos de comunicação foram censurados, o Movimento Democrático Brasileiro não se aterrorizou com o temor, não se omitiu, não se calou, não se desonrou como cúmplice pelo silêncio covarde e conivente.

Denunciou nas tribunas e nas praças públicas, apontou à execração os responsáveis, visitou cárceres, condenou a rapina salarial, desmascarou a pantomima do ‘milagre brasileiro’, cotizou-se com sacrifício ao socorro urgente a punidos sem emprego e sem dinheiro.

Por isso, a prepotência aculou, contra o Movimento Democrático Brasileiro, caes, cavalos, balonetas, cortes de energia elétrica em suas reuniões, o insulto de mercenários, centenas de cassações, inclusive de três líderes no Congresso Nacional — Mário Covas, Martins Rodrigues e Alencar Furtado —, além de arrastar seu presidente nacional como réu subversivo às barbas dos tribunais.

Agora chegou a vez de o MDB dirigir-se aos brasilienses e suas instituições não para pedir votos, não para que lhe poupem críticas, mas para que não seja impune e silenciosamente assassinado por um governo não legitimado pelas urnas e por maioria formal e não popular.”

A trama é clara, escandalosa e sinistra.

Pretendam criar novos partidos extinguindo os existentes, notadamente o da oposição. Procrastinaram o envio da mensagem ao Congresso Nacional, para que o cancelamento dos partidos cancele de fato as eleições municipais, de 15 de novembro de 1980, com a consequente e indigna prorrogação de mandatos de prefeitos e vereadores e a preservação intacta dos ‘colégios eleitorais’ fabricados para vilipendiar a Federação com a imposição dos atuais e, como é de se temer, dos futuros governadores.

Por longos meses a ‘reforma’ substituirá os partidos por blocos, que desestabilizarão o funcionamento do Congresso Nacional, com a fidelidade e disciplina partidárias cedendo vez à ciganice vadia e nômade do entra e sai nesses ajuntamentos, por decisão exclusivamente pessoal, tantas vezes irresponsável, egoísta e até inescrupulosa.

De cambulhada é como lambujem, ainda haverá recurso ao voto distrital, não como canal de circulação das operações eleitorais, mas como capanga da empreitada contumista.

Nessa escalada, é transparente a premeditação da coincidência do término da tramitação da ‘reforma’ no Congresso Nacional com o recesso do poder Judiciário, a fim de que a oposição tenha retardada a restauração do seu direito a sobreviver.

Os jornais, simpósios e revistas especializadas estão repletos de pareceres de consagrados juristas, testemunhando enfaticamente e sem controvérsia, que pela Carta Constitucional, pela Lei, pelo Direito, pela Justiça, pela Moral, pelo ultraje ao princípio republicano e representativo, pelo precedente contra as liberdades públicas, o projeto arbitrário não pode sequer ser recebido pelo Congresso Nacional quanto mais por ele aprovado.

Sob a imprecação de que a maioria pode tudo, mesmo contra o Direito e a Justiça, querem impatrioticamente perfilar a como um peletão de fuzilamento para arcauzar a oposição no Brasil, a atual ou as que futuramente se organizarem, desde que constituam alternativa política contra os que assaltaram o poder.

O Congresso Nacional é a esperança. Não é a cocheira do Planalto e os senadores e deputados não são seus cavalariços.

O Congresso Nacional é, deve ser, esperamos que seja, a Casa de homens livres lutando por uma Pátria livre”.